

ATA 14/02 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

Aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e dois, reuniu-se ordinariamente às dezenove horas no auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, a Plenária para deliberar sobre a seguinte pauta: **1)Leitura e aprovação da ata nº13/02; 2)Informes; 3) Programa de Saúde da Família – PSF; 4) Curso de Especialização em Saúde Pública; 5)Relatório de atividades do Instituto de Cardiologia /Projeto Saúde Solidária. Conselheiros presentes:** Nei Carvalho, Cléia Neuberger, Vanda da Silva, Paulo Barbosa, Luis Carlos Alves, Elizabete Freitas, Janete da Silva, Neuza Heinzemann, Osmar Maschio, Zilda Martins, Maria Ivone Dill, Maria Encarnacion Ortega, Regina Lender (FJ), Lilia Paz, Santa Genro, Maria Elaine Rodrigues, Eva Roseli dos Santos, Paulo Renato Viaro, Gema Piccinini, Carlos Geyer (FJ), Paula Fiori, André Gonzáles, Rosângela Schneider, Marne da Porciúncula, Jairo Tessari, Roger dos Santos Rosa (FJ), Irineu Grinberg, Reny Bigolin, Joaquim Kliemann e Maria Letícia de Pelegrini. **Não Conselheiros:** Maria Ondina Lemoras, Erica Friess, Sirlei da Rosa, Jane Pilar, Maria Lucia Baldasso, Giovana Monteiro, Vânia Castro de Andrade, Sonia Regina Coradini, Charles Prates, Maria Daubo, Sarita Pergher, Isabel Lisboa, Denise Girardi, Tânia Faillace, Fabiano Varela, Nina de Britto Araújo, Adriano Silva, Natália Pereira, Simone Setubor, Marivone da Silva, José Cristiano Soster, Clodomar dos Santos Freitas, Ruberley Cazzarin, Rosilda da Silva, Armando De Negry Filho, Marcelo Bósio, José Rutikoski, Luiz Henrique Mota e Silvia Martins. Coordenador Humberto inicia a reunião e a plenária se apresenta. A seguir, apresenta o Sr. Carlos Alberto como suplente da Senhora Huguette na Comissão de Saúde Mental. **1)Leitura e aprovação da ata nº13/02:** Sra. Lúcia, do Cais Mental 8, faz e leitura da ata que após correções é aprovada com 19 votos a favor e 04 abstenções. **2)Informes:** Sra. Beth, Coordenadora da Comissão de Fiscalização, solicita novamente que as entidades que compõem a Comissão e que não tem comparecido mandem novos representantes ou sejam substituídas. Convida o Conselho de Saúde da Região Glória, Cruzeiro e Cristal para uma reunião dia 30.07, à 19h sobre o hospital Vila Nova. Silvia, da Secretaria Executiva, informa que realizou contato com os Coordenadores dos Conselhos Locais Leste, Humaitá/Navegantes/Ilhas, Centro Sul/Sul, SERGS e SIMERS solicitando representação. Até o momento só o SERGS indicou representante. Convida para o V Encontro de Aleitamento Materno, dia 02 de agosto e para o V Fórum Municipal do Idoso com o tema “Qualidade de Vida: Direitos Humanos e Saúde do Idoso”, dia 25 de julho. Coordenador Humberto informa sobre a eleição da Mesa Diretora do Conselho Regional Metropolitano de Saúde – CRMS com a seguinte composição: Presidente – Paulo César Gomes Martins (CMS/NH); 1ºVice-Presidente – Breno José de Souza Machado (SMS/PoA); 2ºVice-Presidente – Tânia Maria Moreira dos Santos (CMS/Triunfo); Secretário – Carlos Roberto Rimoli Romero de Velis (CMS/Esteio); 1º Secretário- Luis Flamarion Both (CMS/Gravataí), 2ºSecretário – Paulo Martins da Silveira (CMS/Canoas).Jane convida para as festividades de posse dos novos Conselheiros do OP municipal. Sr. Marcelo Bósio, Coordenador do CGVS/SMS, informa sobre o Código Estadual de Saúde. Diz que atualmente o Estado dispõe de um Código Sanitário que é anterior à Constituição Federal e à lei 8080/90, tendo sido regulamentado pelo Decreto Estadual 23.430 de 24/10/74. A elaboração de um novo e mais abrangente instrumento tem por objetivo garantir a ordenação lógica e a sistematização dos assuntos relacionados à saúde, contemplando também os novos fatos e relações que estão surgindo no campo das políticas de saúde. Convida para o Encontro Estadual de Elaboração do Código Estadual de Saúde a ser realizado 02 a 04 de agosto. Após, Coordenador Humberto solicita informações à SMS sobre a reportagem do Jornal Correio do Povo, nesta data, em que o Presidente do SIMERS, faz críticas ao HPS. Dr. Armando De Negry, Coordenador da ASSEPLA/SMS, esclarece que houve por parte do Presidente do Sindicato Médico, Dr. Paulo Argollo, críticas oportunistas à super lotação do HPS responsabilizando o Gestor Estadual e Municipal. Esclarece que há uma ocupação

53 generalizada dos hospitais e o HPS, por ser porta aberta, recebe todos, com uma maior
54 sobre carga de pacientes clínicos. A demora em relação às obras, está ligada diretamente
55 à empreiteira contratada. A entrega, bem como, a nova Unidade UTI Pediátrica de
56 Trauma está prevista para outubro. Destaca a falta de leitos na região Metropolitana e a
57 compra, por parte da SMS, de leitos de neo-natologia e UTI Pediátrica. Dr. Kliemann cita
58 o déficit de 20% na saúde, citado na plenária anterior e que há 5 anos a SMS agrega
59 recursos complementar da PMPA. Cita o 3º turno nas Unidades de Saúde, ampliando o
60 atendimento e o fornecimento de medicamentos, evitando a ida dos usuários aos
61 hospitais. Fala sobre a revista do SIMERS que ataca a essência do Sistema e considera
62 importante que a Comunidade comece a se manifestar. Reforça o aumento do
63 financiamento como único recurso para melhorar o Sistema. Alguns Conselheiros
64 manifestam-se e em resposta Dr. Armando fala sobre a proposta de criação de Mesa
65 Curadora no HPS. Coordenador Humberto informa que esta questão foi discutida no
66 Núcleo de Coordenação e estão aguardando retorno por parte da Direção. Sobre a
67 questão do SIMERS, foi colocado pela Conselheira Elizabeth, que se os médicos estão
68 insatisfeitos que deveriam deixar o SUS e que o Conselho de Ética exigisse dos mesmos
69 o cumprimento da carga horária e a qualidade no atendimento. Coordenador Humberto
70 fala que o SIMERS lançou a cartilha e na ocasião a SMS e os médicos ficaram de se
71 manifestar e nada foi feito. Destaca que o SUS tem sido constantemente atacado e que
72 não tem havido qualquer resposta por parte da SMS e SES e propõe que os mesmos se
73 manifestem. É colocado em votação e aprovado por 23 votos a favor e 02 abstenções. **3)**
74 **Programa de Saúde da Família – PSF:** Enfermeira Sonia Regina Coradini,
75 Coordenadora, apresenta a evolução do Programa cujo projeto iniciou em 1995 e a
76 implantação em 1996 (em anexo). Destaca que atualmente existem 56 equipes
77 funcionando e que a proposta da SMS é 100 equipes. Salaria que por exigência do
78 Ministério da Saúde, cinco equipes foram duplicadas por terem ultrapassado o número de
79 famílias preconizado pelo mesmo: Jardim Cascata, Santa Tereza, Ponta Grossa,
80 Esmeralda e Morro dos Sargentos, sendo que a sexta, PSF Castelo, aguarda reforma
81 para implantar outra equipe. Em relação à Saúde Bucal, cuja instalação em cinco PSF's
82 foi definida em plenária do CMS, somente duas não estão funcionando devido problemas
83 estruturais. Destaca a resolutividade do Programa, pelo perfil dos profissionais que
84 resolvem a maioria dos problemas, pois do total de atendimentos, somente 12,5% são
85 encaminhados aos especialistas. Informa que do total de gastos mensais com folha de
86 pagamento o valor do incentivo do Ministério da Saúde cobre, em torno, de 18 a 20%,
87 cabendo ao município o restante. Salaria a redução de óbitos em menores de 1 ano, de
88 36 óbitos no 2º Sem. de 1998 para 12 óbitos em 2001. Dr. Armando De Negry,
89 Coordenador da ASSEPLA, destaca a proposta da SMS em definir os territórios para
90 qualificar o atendimento e a possibilidade de colocar Agentes Comunitários nas Unidades
91 de Saúde. Cita as demandas de novos PSF's no Orçamento Participativo e em relação as
92 Verbas da Municipalização Solidária. Salaria que com a ampliação de atendimento pela
93 Saúde Comunitária do Grupo Hospitalar Conceição – GHC, Municipalização do Murialdo,
94 instalação de novos PSF's em parceria com instituições filantrópicas (Hospital Moinhos de
95 Vento, Mãe de Deus e Divina Providência) a proposta é ampliar a cobertura na rede de
96 atenção primária. Conselheiro Deoclides diz que quando iniciou a discussão sobre PSF,
97 não foi discutido a duplicidade das equipes. Considera positivo, mas que os PSF's tenham
98 uma Unidade de Saúde, com uma equipe multidisciplinar, para referência. Conselheiro
99 Nei solicita esclarecimentos à Secretaria como é feita a contratação de pessoal para os
100 PSF's e considera esta forma de implantação adotada aceitável apenas como cobertura
101 de vazios de atendimento, mas não considera adequado como Política de Saúde para o
102 município de Porto Alegre, o que na sua opinião isto é o início da privatização da saúde.
103 Sr. Clodoaldo salienta a importância do Programa, principalmente em relação a
104 diminuição da mortalidade infantil. Destaca o custo e que atender é barato haja vista o

105 custo de um PSF, e a importância de instalar novas equipes. Conselheiro Paulo destaca a
106 importância das capacitações, a necessidade de ser mais extensa e a reciclagem dos já
107 capacitados. Conselheira Zilda salienta a importância de discutir a implantação de PSF's
108 com os Conselhos Locais de Saúde a vinculação às Unidades de Saúde e a presença de
109 Agentes Comunitários nas mesmas. Dr. Armando diz que a partir da reorganização da
110 atenção primária o PSF está integrado ao Sistema de Saúde com as mesmas atribuições
111 e responsabilidades de uma Unidade de Saúde com a vantagem de ter uma população
112 definida. Em relação a privatização da saúde esta não acontece. Alguns PSF's estão
113 instalados em prédios de associações comunitárias com uso fruto do Estado. Os
114 funcionários são contratados através da CLT com todos os direitos trabalhistas. Quanto a
115 vinculação a US, já faz parte da hierarquia do Sistema e a proposta é transformar US
116 maiores em Policlínicas que servirão de referência. Reforça a importância de capacitação
117 permanente. Quanto ao PSF Divisa, em resposta ao Conselheiro Darcy, deverá inaugurar
118 até início de 2003. **4) Curso de Especialização em Saúde Pública:** Silvia, da Secretaria
119 Executiva, faz a leitura do ofício do Departamento de Medicina Social da UFRGS (em
120 anexo) e que em reunião do Núcleo de Coordenação foram estabelecidos os seguintes
121 critérios para inscrição: ter curso superior (exigência do curso); ser conselheiro titular ou
122 suplente e que os Conselheiros, funcionários da SMS, deverão inscrever-se junto ao
123 CGADTS. As inscrições deverão ser realizadas até o dia 31 de julho e a prova de seleção
124 será feita pelo Curso. **5) Relatório de atividades do Instituto de Cardiologia /Projeto**
125 **Saúde Solidária:** Jane, membro da SETEC, faz e leitura do Parecer nº09/02: "A
126 Secretaria Técnica – SETEC, reuniu-se ordinariamente em 15.07.02, analisou os
127 Relatórios do Projeto Saúde Solidária do Hospital São Lucas/PUC, referentes aos meses
128 de janeiro a maio de 2002". Em relação a procedência dos pacientes, consta nos
129 Relatórios o quantitativo e o demonstrativo das internações, consultas ambulatoriais e
130 pronto-atendimento , não havendo variação significativa entre os meses analisados;
131 exceto no mês de fevereiro, por ocasião do II Fórum Social Mundial, onde foi registrado
132 atendimento a pessoas de outros países. Quanto a aplicação dos recursos observou-se,
133 que estes foram aplicados no mês de janeiro e maio em material de consumo
134 (R\$100.000,00) e medicamentos (R\$121.799,46) totalizando 2 parcelas de R\$221.799,46
135 cada. Observou-se que os Relatórios estão de acordo com o modelo padronizado pela
136 Secretaria de Saúde do Estado, portanto a SETEC recomenda à Plenária a aprovação
137 dos mesmos". É colocado em votação e aprovado por unanimidade. Nada mais havendo
138 a tratar a reunião encerrou-se às 21h e 15min.

141 Humberto José Scorza
142 Coordenador do CMS/POA

Lenita Parisotto / Silvia Martins
Secretaria Executiva

Ata aprovada na reunião do plenário de 01/08/02.